

RETRATOS DA  
**ESCOLA**

▶ ENTREVISTA



# Ensino médio e educação profissional

## *A ruptura com o dualismo estrutural*

**N**os últimos oito anos, políticas, programas e ações vêm sendo direcionados à melhoria do ensino médio e da educação profissional, pela superação do seu dualismo estrutural. O objetivo era melhorar a qualidade, otimizar o acesso e a permanência, por meio de educação integrada.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, surgiram novos desafios, incluindo a universalização do ensino obrigatório de 4 a 17 anos, até 2016. Os baixos índices da matrícula bruta (82,6%) e líquida (48%) no ensino médio, segundo o censo de 2008, revelaram a necessidade de políticas orgânicas, com a democratização do acesso e a permanência com qualidade nesta etapa da educação básica para todos.

Situar esses avanços legais e discutir a obrigatoriedade e a universalização do ensino médio e sua integração à educação profissional é o foco desta entrevista, com **Benno Sander**<sup>1</sup>, **Eliezer Pacheco**<sup>2</sup> e **Gaudêncio Frigotto**<sup>3</sup>, realizada pelo editor de *Retratos da Escola*, Luiz Fernandes Dourado.

### **Como romper com o histórico dualismo entre ensino médio e educação profissional, no Brasil?**

**Benno Sander** – Existe vasta literatura sobre o dualismo estrutural e cultural da sociedade brasileira, que tem alimentado nossas políticas públicas de educação. A expressão mais clara do dualismo educacional se encontra no ensino de nível médio. O fato é que, ao longo de nossa história, praticamos uma educação para a academia e, outra, para a fábrica; um ensino propedêutico para as elites dirigentes e, outro, destinado à formação técnica da mão de obra para o sistema de produção. Romper esse dualismo representa um desafio de enormes proporções, como o comprova a avaliação das recentes lutas dos educadores de vanguarda e das entidades da sociedade civil organizada. Os esforços de superação no âmbito interno das instituições escolares certamente têm impacto na qualidade da educação e no campo político e social. No entanto, os fatores decisivos para romper o dualismo estrutural e cultural que caracteriza a educação brasileira, em particular a educação de nível médio, residem nas políticas e práticas adotadas fora da escola, no campo da economia e da sociedade brasileira, e no contexto das forças que determinam as relações de interdependência internacional.

**Eliezer Pacheco** – A integração da educação profissional com o ensino médio é uma questão de concepção. Refere-se à visão de formação para o trabalho e educação

para vida, para a cidadania efetivamente. O dualismo ocorre quando se prioriza a questão técnica. Assim como o foco das políticas nacionais era o desenvolvimento econômico, nessa concepção o desenvolvimento social é fundamental, um não estaria separado do outro.

**Gaudêncio Frigotto** – A sociedade brasileira forjou um projeto societário desigual e as lutas sociais ao longo do século XX foram incapazes de romper o tecido estrutural de criminosa concentração de renda e capital na mão de poucos. Uma espécie de ornitorrinco, na metáfora de Francisco de Oliveira<sup>4</sup>, em que analfabetismo, trabalho informal, baixos níveis de escolaridade não são um problema, mas, inerentes e funcionais. Minimizar a dualidade na educação implicaria efetivar o que a geração de intelectuais do pensamento social crítico entendia como *Revolução Nacional*, não a socialista, mas condição prévia de sua possibilidade futura – um projeto de desenvolvimento autônomo e soberano com reformas estruturais de efetiva distribuição de renda, integrando o povo à vida digna, com acesso ao trabalho, moradia, saúde, educação e cultura. Diferentes forças da sociedade buscaram esse caminho, após a ditadura Vargas, uma intensa mobilização da sociedade no campo intelectual, cultural e artístico, educacional e político, que a classe dominante brasileira interrompeu, com a força das armas e do arbítrio, pelo golpe e ditadura de 64. Nos 20 anos de ditadura, houve reformas na educação, da pré-escola à pós-graduação, e o dualismo foi solidificado. Na falta de hegemonia, o dissenso permanece, ainda que latente, e na década de 1980, a agenda das reformas de base e da escola pública, universal, gratuita, laica foi retomada, acrescida das teses da escola unitária e politécnica do pensamento socialista, momento de intensas disputas de ideias e de projeto societário. A Constituição sinalizou avanços, mas a sociedade foi incapaz de rupturas. A década de 1990, Governo Collor de Mello, foi a do ajuste às reformas neoliberais, com a destruição da face pública do Estado. A tarefa antinação coube a Fernando Henrique Cardoso, que a cumpriu à risca. Seu ministro da Educação, Paulo Renato, intelectual forjado nos organismos internacionais, mediante o Decreto nº 2.208, de 1997, ampliou a dualidade, desmontando a precária integração da formação profissional do ensino médio e implementando diferenciações, estendidas ao ensino superior. Para as universidades federais destinam-se as classes dirigentes e ao ensino privado de baixa qualidade vão os setores mais pobres da classe média, pois a grande maioria da classe trabalhadora não chega ao ensino superior. A eleição de Lula da Silva criou a possibilidade de mudanças estruturais, refundando a nação e firmando um *marco de não retorno*. Seriam necessárias medidas radicais, além de um simples governo desenvolvimentista (OLIVEIRA, 2003a), mas esse marco não se efetivou e, no estrutural, continuamos na abertura de espaços para o capital<sup>5</sup>. A anulação do Decreto nº 2.208, de 1997, e a criação do Decreto nº 5.154, de 2004, possibilitou a volta do ensino médio integrado, mas manteve todas as possibilidades do decreto anterior. O não empenho do governo na

*“Seriam necessárias medidas radicais, além de um simples governo desenvolvimentista, mas esse marco não se efetivou e, no estrutural, continuamos na abertura de espaços para o capital.”*

(Gaudêncio Frigotto)

defesa do ensino médio em concepção integral e no horizonte da escola unitária e politécnica e a doutrinação da década de 1990 levaram à dualidade e às diferenciações. Romper com a dualidade estrutural é equação complexa e não se resolve com reformas só no campo da educação, mas será significativo se resultar de mudanças estruturais na ordem social, econômica e cultural da sociedade.

**Quais os limites e as possibilidades das políticas para o ensino médio e a educação profissional num cenário em que esta etapa/modalidade da educação básica é predominante nos estados e DF, e considerando, ainda, que grande parte das propostas de sua mudança e reforma decorre do governo federal?**

**Eliezer Pacheco** – As possibilidades estão sendo ampliadas com as ações atuais de fomento ao desenvolvimento da educação profissional nas escolas públicas estaduais e federais e também por meio de acordos de gratuidade com a rede privada e financiamento aos estudantes do ensino médio da rede pública, para cursarem o curso técnico (o Fies técnico, que virá com o Pronatec). Essas ações vêm acompanhadas de ampla discussão sobre a qualidade. Esta, no contexto atual, diz respeito à infraestrutura e à docência. É uma etapa inicial, pois a busca de melhoria da qualidade na educação deve ser constante.

**Gaudêncio Frigotto** – O que acabamos de expor mostra os limites a uma política que altere substantivamente a atual situação do ensino médio, na universalização e na proposta pedagógica, que articule ciência, trabalho e cultura. Mas há limites também de ordem política. Constitucionalmente, o ensino médio é atribuição dos estados, que atendem aproximadamente 90% dos alunos neste nível, cabendo à União apenas uma atuação complementar. Mesmo com leis que obriguem os estados a gastar 25% do seu orçamento em educação, a desigualdade regional e os vários mecanismos de burlar esse montante acabam baixando a qualidade do ensino médio. O Fundeb está equalizando melhor, mas por baixo, pois acaba fazendo transferências de recursos de uma região a outra, nivelando o custo médio aluno em menos de três mil reais, o que é pelo menos três vezes menos do que a União gasta com os aproximados 2% de matrícula de ensino médio, a mesma proporção em relação a padrões internacionais de sociedades com PIB similar ou até menor que o do Brasil. A outra dificuldade é na concepção do ensino médio. O horizonte da proposta do Decreto nº 5.154, de 2004, não vingou, nem na Rede Federal, pois o governo não disputou politicamente tal perspectiva. O esforço positivo, da significativa expansão com a criação e interiorização dos Ifet corre o risco de pautar-se pela fragmentação ou simples justaposição das disciplinas de fundamentos com as técnicas e tecnológicas.

**Benno Sander** – A tradição da educação básica, nela incluindo o ensino médio de natureza propedêutica e a formação técnica de nível médio para o trabalho, remonta aos primórdios da existência do Brasil como colônia de Portugal. O esforço inicial para estabelecer uma educação pública religiosa para a elite dirigente no século XVI e XVII foi interrompido pelo movimento renovador, liderado pelo Marquês de Pombal, em meados do século XVIII. O fracasso da experiência pombalina desaguou, no início do Império, na luta entre os promotores de uma educação pública nacional para toda a população e os defensores de um ensino restrito para a elite urbana. O golpe mortal para os liberais da época foi o Ato Adicional de 1834, que atribuiu às províncias o poder para legislar sobre a instrução pública e os estabelecimentos próprios para promovê-la. Desde então, o ensino médio, como toda a educação básica, se dá predominante nos estados e no Distrito Federal, o que tem limitado o impacto das políticas públicas e das propostas reformistas promulgadas pelo governo federal. Esse fato sugere que a construção de um sistema nacional de educação e de uma proposta de educação geral para o trabalho depende do diálogo entre os entes federados e da própria prática social mais ampla.

*“...a construção de um sistema nacional de educação e de uma proposta de educação geral para o trabalho depende do diálogo entre os entes federados e da própria prática social mais ampla.”*

(Benno Sander)

### **Quais os principais desafios para a garantia da universalização do ensino médio até 2016, considerando-se os indicadores atuais de acesso e permanência?**

**Gaudêncio Frigotto** – No plano econômico, o primeiro limite é a fixação no novo PNE de 7% do PIB para a educação, montante imposto pelo dogma metafísico do ajuste econômico, que postula a manutenção de reservas para garantir o crime da especulação financeira e o pagamento de juros da dívida interna de famílias e grupos que acumularam fortunas dentro de uma legalidade cujo fundamento é a “justeza da injustiça”. Esse montante até pode ampliar o acesso, mas dentro de uma qualidade pífia, pois não permitirá salário digno aos trabalhadores da educação e dentro de uma carreira que os fixe numa só escola, com no máximo de 50% da carga horária em sala de aula como é atualmente o regime da Rede Federal. Se de fato as classes dirigentes priorizassem a educação, o caminho seria inverso. Um investimento inicial de mais de 10% do PIB por alguns anos, até pagar a dívida social aos milhares de jovens que não fazem o ensino médio e melhorar a qualidade. Daí, ir decrescendo aos 7%. No plano político, o desafio é a luta contra o conservadorismo da classe dominante no campo da educação. Os parlamentares que elaboraram a Constituição e que expressam quase de forma absoluta os interesses das diferentes frações da classe dominante brasileira mantiveram a educação como um tema de segunda categoria. No plano político organizativo, a proposta da Conae e do PNE, de um sistema

*“...dar condições de oferta de ensino de qualidade às instituições de ensino públicas e dar condições aos próprios estudantes de permanência e conclusão dos estudos seriam os principais desafios.”*

(Eliezer Pacheco)

articulado de educação, é outro desafio a ser enfrentado, pois as propostas aí contidas vêm sendo desfiguradas.

**Benno Sander** – Temos ambiciosas metas para o ensino médio dos próximos anos, incluindo uma proposta de universalização, até 2016. É um desafio de enormes proporções se considerarmos que os indicadores não são animadores. Na realidade, apenas a metade de nossos atuais jovens de 19 anos de idade concluiu o ensino de nível médio. Segundo dados do PNAD/IBGE (2010), a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental é de 91,1%, enquanto que a taxa de escolarização líquida do ensino médio é de 50,9%, uma das mais baixas da América Latina. Esses dados revelam o desafio que enfrentamos para universalizar o ensino médio brasileiro. Impõe-se, portanto, multiplicar a matrícula e o financiamento público para o setor, assim como promover uma substantiva qualificação dos profissionais do ensino e da gestão da educação.

**Eliezer Pacheco** – Fortalecer, expandir, dar condições de oferta de ensino de qualidade às instituições de ensino públicas e dar condições aos próprios estudantes de permanência e conclusão dos estudos, seriam os principais desafios. Além disso, há necessidade de um esforço de cooperação entre as redes públicas e a rede privada também.

### **Que políticas, programas e ações contribuem para a articulação/integração ensino médio e educação profissional no país?**

*“A formulação das diretrizes curriculares para o ensino médio deveria englobar os instrumentos jurídico-normativos do ensino acadêmico propedêutico e da formação técnica para o trabalho.”*

(Benno Sander)

**Benno Sander** – Os debates atualmente em curso no governo e nas entidades da sociedade civil organizada se propõem a formular um sistema mais orgânico e unitário de ensino médio, para reverter a dualidade histórica, que se aprofundou com as reformas governamentais da década de 1990, especialmente a partir do texto contido no Decreto nº 2.208, de 1997, que desvinculou a educação profissional da educação geral de nível médio. O cenário se modificou na primeira década do século XXI, apontando para a diminuição da dualidade, graças a novos projetos governamentais e à atuação da sociedade civil no campo da educação, com o propósito de construir uma proposta unitária de ensino médio. No entanto, as contradições do caminho inaugurado com a edição do Decreto nº 5.154, de 2004, que tornou sem efeito o Decreto nº 2.208, de 1997, frustraram as expectativas em torno das mudanças estruturais mais profundas, como inicialmente concebidas e anunciadas. Nesse contexto, a formulação das diretrizes curriculares para o ensino médio deveria englobar, em um único documento de regulação política, os instrumentos jurídico-normativos do ensino acadêmico propedêutico e da formação técnica para o trabalho. Esta ação certamente contribuiria para a superação da tradicional cultura dos *Dois Brasis*, com seus dois ensinos.

**Eliezer Pacheco** – Hoje, felizmente, são vários. Alguns exemplos seriam o “Brasil Profissionalizado”, programa do governo federal no qual já foram conveniados R\$ 1,5 bilhão para as redes públicas de educação profissional em 23 estados; a expansão da rede federal (ampliação em número e em capilaridade da rede federal de educação profissional e tecnológica), que atualmente possui 420 mil estudantes matriculados; e mais recentemente o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), no qual foi incluída a expansão da rede pública e o financiamento de cursos técnicos para estudantes de nível médio matriculados na rede pública de ensino.

**Gaudêncio Frigotto** – A proposta do ensino médio integrado é a política mais adequada para superar o academicismo, a fragmentação e o tecnicismo que tem marcado a formação profissional. Não é a mesma coisa que o ensino médio unitário politécnico e/ou tecnológico, mas é um grande passo na sua direção. Implicaria políticas e ações de escolas com espaço físico adequado de salas de aula, laboratórios, biblioteca, praça de esportes, área para arte, para as atividades de gestão e para os professores. Políticas que afirmassem nacionalmente uma mesma carreira nacional para professores e demais trabalhadores na escola, com piso médio equivalente à Rede Federal, tempo de pelo menos 50% da carga horária para estudo, pesquisa, orientação, reuniões coletivas etc.

*“A proposta do ensino médio integrado é a política mais adequada para superar o academicismo, a fragmentação e o tecnicismo que têm marcado a formação profissional.”*

(Gaudêncio Frigotto)

## **Que fatores contribuem para a evasão e a repetência no ensino médio brasileiro?**

**Gaudêncio Frigotto** – O mais fundamental é a situação socioeconômica dos alunos, pois a maior parte faz o turno noturno por necessidade. E as condições do trabalho docente, pois a maioria trabalha até em dois ou mais turnos e instituições, inviabilizando qualquer acompanhamento efetivo de alunos com dificuldade. Há, também, a desmotivação de frequentar a escola, uma vez que os jovens percebem que cada vez menos se cumprem a promessa integradora ao emprego e as melhorias de vida.

**Benno Sander** – A reprovação, a repetência e o abandono no ensino médio tornam esta etapa da educação básica no Brasil uma das mais problemáticas da América Latina. Contribuem para esse fato a elevada taxa de distorção idade-série, fenômeno se agrava pelas condições desfavoráveis do grande número de alunos que estudam em cursos noturnos, depois de estressantes jornadas de trabalho durante o dia. São conhecidas as carências que enfrentam os estudantes que frequentam o ensino médio noturno e que afetam a qualidade do ensino, como: ausência de professores, dificuldade de transporte noturno, carga horária reduzida, além do cansaço e da falta de tempo para o estudo.

*“Muitas vezes, o estudante vem de origem humilde e, na rede pública, ainda são necessárias mais ações de assistência estudantil de forma que se possa combater a evasão.”*

(Eliezer Pacheco)

*“A avaliação é fundamental em qualquer atividade humana, mas da forma produtivista e reducionista a ótica classificatória e mesmo ser referência é profundamente negativa...”*

(Gaudêncio Frigotto)

**Eliezer Pacheco** – A falta de contextualização do ensino com a realidade em que o jovem está inserido e a desconexão entre teoria e prática. Muitas vezes, o estudante vem de origem humilde e, na rede pública, ainda são necessárias mais ações de assistência estudantil de forma que se possa combater a evasão. Não seria apenas distribuir bolsas, que são importantes em muitos casos, mas também desenvolver um trabalho de acompanhamento com toda a família.

**As avaliações da educação básica, especialmente no ensino médio e na educação profissional, contribuem para o desenvolvimento das instituições educativas e para a melhoria do processo ensino aprendizagem? Por quê? Em que medida?**

**Eliezer Pacheco** – Contribuem, sim. É por meio das avaliações que podemos pensar em ferramentas, programas e ações voltadas para o fortalecimento do sistema de ensino em instituições das esferas federal, estadual e municipal. Para a melhoria do processo ensino-aprendizagem é importante a autoavaliação institucional, que deve ser desenhada conforme o perfil das instituições, o que também depende do estabelecimento de uma cultura de avaliação, que não ocorre de uma hora para outra, mas é algo construído.

**Gaudêncio Frigotto** – A avaliação é fundamental em qualquer atividade humana, mas da forma produtivista e reducionista a ótica classificatória com perspectiva de premiar os melhores e mesmo ser referência é profundamente negativa, desagregadora e deseducativa. Sem levar em conta a desigualdade, as avaliações se tornam cínicas. Elas só têm sentido se for para um diagnóstico do sistema de ensino, orientando políticas para melhorá-lo.

**Benno Sander** – Nas últimas décadas, o Brasil investiu maciçamente em avaliação educacional, embalado no movimento competitivo da globalização da economia e de toda a atividade humana. O Saeb e o Enem são exemplos do esforço governamental nessa matéria, objeto de muitas controvérsias políticas e pedagógicas nos meios acadêmicos, em torno de sua contribuição efetiva para a melhoria da qualidade do ensino para todos e do desenvolvimento das escolas e outras instituições de formação cidadã. O estudo da natureza e da magnitude da contribuição das avaliações de impacto para a qualidade do ensino e da aprendizagem está na ordem do dia e mobiliza um elevado número de pesquisadores nos meios acadêmicos do país.

**As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), recém-aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), contribuem para a melhoria da formação e/ou a organicidade curricular do ensino médio e educação profissional?**

**Benno Sander** – As recentes diretrizes do CNE e os debates no âmbito das entidades da sociedade civil organizada no campo da educação objetivam contribuir para dar maior organicidade curricular ao ensino médio. As diretrizes indicam uma preocupação em reduzir a brecha que separa duas propostas historicamente antagônicas de ensino de nível médio, tentando articular conhecimentos gerais, técnicos e tecnológicos, que sejam capazes de integrar o mundo do trabalho, da ciência e da cultura. Nessa linha, as condições econômicas, políticas e culturais do país e as necessidades e aspirações sociais e educacionais de sua gente impõem continuados esforços para a construção de uma proposta genuinamente unitária, politécnica, integrada de ensino médio para todos.

**Eliezer Pacheco** – Sim. Elas contribuem para uma visão mais integradora do currículo do ensino médio, entretanto, a organicidade curricular depende do projeto pedagógico institucional. Em outras palavras, as instituições têm autonomia quanto à grade curricular, por exemplo. É o que ocorre em relação às diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Elas têm cunho de orientação, porém as instituições não estariam obrigadas a segui-las.

**Gaudêncio Frigotto** – O CNE, ao aprovar as diretrizes do ensino médio não incorporando na mesma normatização e concepção as diferentes modalidades, reforça a fragmentação e a dualidade. Se de um lado as diretrizes aprovadas de ensino médio expressam um significativo avanço na compreensão de sua natureza de educação básica, as versões até agora apresentadas das Diretrizes da Educação Técnica e Profissional são um retrocesso, porque são pautadas na perspectiva do produtivismo da pedagogia das competências. Os remendos tornam as propostas um monstro, na concepção e forma. A Câmara de Educação Básica do CNE acaba, assim, legalizando a inorganicidade, a fragmentação e o antagonismo de concepções. Enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Nível Médio incorporam as perspectivas da Conferência Nacional de Educação, após intensos debates e contribuições dos educadores das redes de ensino, dos pesquisadores da área e das entidades científicas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico e Profissional de Nível Médio da Educação Técnica e Profissional expressam a visão unidimensional do pensamento mercantil/ empresarial.

*“...as necessidades e aspirações sociais e educacionais (...) impõem continuados esforços para a construção de uma proposta unitária, politécnica, integrada de ensino médio para todos.”*

(Benno Sander)

*“...as versões das Diretrizes da Educação Técnica e Profissional são um retrocesso, porque são pautadas na perspectiva do produtivismo da pedagogia das competências.”*

(Gaudêncio Frigotto)

## Qual a identidade do ensino médio?

**Eliezer Pacheco** – Poderíamos falar da identidade que gostaríamos de ter, que é de educação integral na formação para a vida e para o trabalho. Neste caso, o que distingue o ensino médio do ensino superior é que, neste último, haveria maior especialização para o trabalho. Fato que também pode ser proporcionado no ensino médio,

“...*existe consenso nos meios educacionais de vanguarda e na sociedade civil no sentido de que esta etapa da educação básica seja compreendida na concepção de escola unitária, politécnica...*”

(Benno Sander)

quando ele tem por objetivo formar o estudante para a atuação profissional, o que seria proporcionado pelos cursos técnicos integrados.

**Benno Sander** – Distintos públicos têm distintas leituras sobre a identidade do ensino médio. No entanto, existe crescente consenso nos meios educacionais de vanguarda e na sociedade civil organizada no sentido de que esta etapa da educação básica seja compreendida na concepção de escola unitária, politécnica, visando a garantir a efetivação do ensino médio integrado, na sua perspectiva teórica, política e ideológica, como o propugnou em boa hora a Conae, em 2010. Para a consolidação dessa identidade, exige-se dos dirigentes educacionais no governo, nas redes de ensino e nas escolas maior compromisso com a implementação do ensino médio integrado.

**Gaudêncio Frigotto** – Mesmo existindo diferentes modalidades de ensino médio (integrado, inovador, técnico, Proeja) a identidade constitucional é de ser a última etapa da educação básica. O horizonte de afirmação de sua identidade é, pois, de ensino médio unitário dentro da concepção da educação politécnica/tecnológica.

**É possível garantir sólida formação teórica mais o preparo dos alunos para o mundo do trabalho? O que diferencia a concepção de formação centrada em competências da concepção centrada em habilidades?**

**Gaudêncio Frigotto** – O ensino médio, qualquer que seja a sua modalidade, concebido como educação básica, por não se constituir numa contradição em termos, não é imediatamente profissionalizante. Poderá garantir formação sólida e preparar para o mundo do trabalho quanto mais se aproximar da concepção da educação politécnica, que busca a superação da fragmentação dos conhecimentos, da separação entre educação geral e específica, técnica e política, da divisão entre trabalho manual e intelectual e afirma o *domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno* na relação entre educação, instrução e trabalho. A formação centrada em habilidades e a centrada em competências partem do mesmo fundamento – a concepção produtivista e mercantil de educação.

**Benno Sander** – Uma política pública relevante de educação básica requer a integração da formação teórica e da preparação técnica, na convicção de que a maneira mais efetiva de preparar os alunos para o mundo do trabalho, seja ele acadêmico ou profissional, é oferecer-lhes oportunidades para a aquisição de sólidos conhecimentos teóricos e metodológicos, visando a desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais e manuais. Esta concepção de educação, centrada em habilidades atitudes, objetiva elevar as potencialidades humanas em termos de formação cidadã, de capacidade intelectual geral e de construção e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, desenvolvendo o pensamento criativo e produtivo, o talento artístico e a

capacidade de liderança e convivência social. Tal concepção de educação geral e unitária se contrapõe à formação centrada em competências e destrezas, impostas pelo mundo concorrencial do mercado, que tem como termos vinculados a eficiência econômica e a empregabilidade específica, desprovidos de valores éticos e capacidade intelectual de validade geral.

**Eliezer Pacheco** – Sim. Na verdade, a diferença não está na formação por competências e habilidades, mas na concepção de educação, que atende às necessidades educacionais do cidadão e o instrumentaliza para a inserção crítica no mundo do trabalho. Uma premissa não exclui a outra quanto à formação mais teórica ou prática. Isso varia, também, de acordo com os objetivos profissionais de cada indivíduo – caso ele deseje uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, por exemplo, deve optar pelo curso técnico.

### **A frequência às atividades de lazer e cultura interfere no processo formativo dos estudantes da educação básica? Por que, em que medida?**

**Benno Sander** – Sem dúvida, a integração da cultura ao mundo da ciência e do trabalho é exigência fundamental de uma concepção unitária e integral de educação básica. As atividades culturais e lúdicas são fatores determinantes da formação para a cidadania e a convivência social de crianças e adolescentes, jovens e adultos. Este fato torna-se um elemento adicional em favor da escola de tempo integral, no sentido de que ela permite reservar tempo e espaço para o desenvolvimento do talento cultural e artístico e da atividade esportiva, elementos constitutivos da qualidade de vida humana em sociedade. Este posicionamento político-pedagógico implica a ampliação e reestruturação das escolas públicas, mediante a instalação de quadras poliesportivas e espaços culturais, como auditórios e bibliotecas.

**Eliezer Pacheco** – Sim. O processo cultural integra o ciclo de aprendizagem, de forma que se construa uma formação completa do indivíduo. Não apenas com conteúdos técnicos se chega a uma formação integral do indivíduo, mas, sobretudo, com atividades que proporcionem experiências de convivência e contribuam para a criação de uma consciência cultural do estudante.

**Gaudêncio Frigotto** – Escola sem espaços e tempos para a arte, a cultura, o lazer e o esporte é uma pobre escola e esgarça o processo formativo. Especialmente para crianças e jovens das classes populares, essas atividades, além de serem formativas em si, constituem-se na porta de entrada para a afirmação e autoestima, elementos importantes para a confiança no processo de aprendizagem. Lamentavelmente, a maioria das escolas não tem espaço físico e nem no currículo para essas atividades. Sem elas, os alunos de nível médio no turno noturno, que são a maioria, são mutilados na sua formação.

*“a diferença não está na formação por competências e habilidades, mas na concepção, que atende às necessidades educacionais do cidadão e o instrumentaliza para a inserção crítica.”*

(Eliezer Pacheco)

*“Escola sem espaços e tempos para a arte, a cultura, o lazer e o esporte é uma pobre escola e esgarça o processo formativo. Especialmente para crianças e jovens das classes populares....”*

(Gaudêncio Frigotto)

*“O primeiro requisito é o estabelecimento de um marco regulatório, em matéria de legislação e políticas públicas, para o ensino médio integrado.”*

(Benno Sander)

*“Primeiramente, que a escola possua estrutura básica para ministrar as disciplinas, como salas de aulas, laboratórios equipados, biblioteca, além de uma estrutura complementar...”*

(Eliezer Pacheco)

### **Quais são os insumos imprescindíveis a um padrão unitário de qualidade para o ensino médio e a educação profissional?**

**Benno Sander** – O primeiro requisito é o estabelecimento de um marco regulatório, em matéria de legislação e políticas públicas, para o ensino médio integrado à educação profissional. Para a sua implantação efetiva requer-se um sistema de financiamento sustentável e de programas nacionais, estaduais e municipais de formação dos professores, funcionários e dirigentes educacionais para a concepção do ensino médio integrado. Requer-se, ainda, um esforço de toda a sociedade política e civil para fazer frente à supervalorização dos sistemas de avaliação de impacto e ao bombardeio da mídia em torno do Enem e de outros testes, o que redundaria em marketing permanente do ensino propedêutico, em detrimento de uma concepção unitária e integrada de ensino de nível médio para todos.

**Eliezer Pacheco** – Primeiramente, que a escola possua estrutura básica para ministrar as disciplinas, como salas de aulas, laboratórios equipados, biblioteca, além de uma estrutura complementar que poderíamos exemplificar com as quadras poliesportivas. Ressalto a necessidade de um corpo docente qualificado e que busque constante aprimoramento (políticas de incentivo seriam revelantes neste caso).

**Gaudêncio Frigotto** – A Conferência Nacional de Educação apontou todos os insumos básicos para a concepção de educação que articule ciência, trabalho e cultura, salários compatíveis ao corpo docente e demais trabalhadores, fixação numa mesma escola e não mais de 50% do tempo em sala de aula. Elevar todas as escolas de ensino médio ao padrão da Rede Federal. Mas isso não garantiria a universalização com qualidade do ensino médio, sem melhorar drasticamente a distribuição de renda. Milhões de jovens têm sua vida mutilada desde a alimentação, condições de moradia, locomoção etc.

### **Como garantir ensino médio e educação profissional com qualidade, inclusive no turno noturno?**

**Benno Sander** – Nada acontece por nada, em matéria de qualidade educacional para todos, em todos os níveis e modalidades de ensino. Não bastam boas leis, boas políticas públicas e bons planos de educação. É preciso comparecer com os insumos para os projetos educacionais relevantes e viáveis nas redes de ensino e nas instituições escolares, de financiamento público, de construção, reestruturação, aquisição e manutenção de equipamentos e materiais pedagógicos e, acima de tudo, de programas intensivos de preparação e valorização dos profissionais da educação. A equação é simples: sem bons professores e diretores não há boas escolas; sem boas escolas não há condições de aprendizagem efetiva e educação de qualidade.

**Eliezer Pacheco** – Com estrutura mínima, para atendimento da demanda por formação em cada localidade, corpo docente e técnico preparado, além do conteúdo pedagógico que deve estar adequado às realidades de cada região. Na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os campi ofertam cursos de acordo com os arranjos produtivos locais, de forma que tanto a formação quanto os conteúdos estejam alinhados com a realidade das comunidades.

**Gaudêncio Frigotto** – O turno noturno, quando houver uma sociedade menos desigual e injusta, deveria desaparecer. É uma imposição da necessidade do jovem que estuda e trabalha ou procura trabalho. Para minimizá-lo, deveria haver um curso mais longo, com professores e equipes pedagógicas com mais tempo e preparo, para se dedicarem e uma equipe de apoio pedagógico com maior tempo e preparo, para auxiliar. Em termos materiais, deveriam ser escolas melhor equipadas que as diurnas. Uma bolsa de estudos para que esses jovens pudessem ter melhor qualidade de vida e acesso a bens culturais certamente teria efeitos positivos no processo formativo.

**A universalização do ensino médio, a integração ensino médio e educação profissional, a oferta de escola de tempo integral são grandes desafios para o novo Plano Nacional de Educação. Como democratizar o acesso e a permanência e consolidar as instituições públicas nesse contexto?**

**Benno Sander** – Os três desafios, previstos nas metas e estratégias do projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, vêm sendo objeto de debate e acompanhamento atento das entidades da sociedade civil, como a Anped, Anpae, Anfope, Cedes e CNTE. O desafio da **universalização** da educação básica, com destaque para a educação infantil e a educação de nível médio, é objeto das primeiras metas do novo PNE e está ancorado na Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que não deixa margem a dúvidas sobre a sua importância. Associada à universalização está a integração ensino médio e educação profissional, que responde ao pensamento político-pedagógico de vanguarda, às proposições estratégicas da Conae de 2010 e das entidades da sociedade civil organizada, no sentido de definir e implantar conteúdos básicos para a educação fundamental e média, em termos de saberes relevantes, que devem configurar a matriz básica de um projeto cultural nacional e transnacional. Impõe-se acompanhar de perto o processo de universalização da população em idade escolar, especialmente a de 15 a 17 anos, conforme prevê a meta 3 do PNE 2011-2020 (BRASIL, 2010), assim como aperfeiçoar e acompanhar os compromissos das metas 4 e 5 do PNE, para elevar a taxa líquida de matrículas da população de 15 a 17 anos a 90%, com atenção especial aos estudantes socialmente excluídos e com necessidades especiais de diversa índole, à luz do princípio ético da igualdade de

*“A equação é simples: sem bons professores e diretores não há boas escolas; sem boas escolas não há condições de aprendizagem efetiva e educação de qualidade.”*

(Benno Sander)

*“... os campi ofertam cursos de acordo com os arranjos produtivos locais, de forma que tanto a formação quanto os conteúdos estejam alinhados com a realidade das comunidades.”*

(Eliezer Pacheco)

oportunidades de acesso, permanência e sucesso na educação básica. A mesma preocupação deve existir com relação à ampliação da jornada escolar, mediante oferta crescente de educação básica pública de tempo integral. A superação desses desafios certamente fará diferença na avaliação da qualidade do ensino e contribuirá decisivamente para a consolidação da escola pública brasileira.

**Eliezer Pacheco** – As políticas públicas devem estar bem articuladas para otimizar os esforços implementados, inclusive para o fortalecimento das instituições públicas. Com o Pronatec, lançado no final de abril pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, objetivamos, justamente, potencializar os diversos programas do governo federal voltados para a democratização do ensino técnico. Utilizaremos a capilaridade já existente das redes públicas, além de fornecer linhas de crédito e bolsas para a formação de estudantes e trabalhadores de baixa renda, além de beneficiários do seguro desemprego. O projeto de lei que cria o programa já se encontra na Câmara dos Deputados, esperamos que em breve seja aprovado, de forma que possamos implementar as ações nele previstas. Vale lembrar que a educação profissional obteve ganhos maiores, nos últimos oito anos, do que nos 90 anteriores. Na rede federal, por exemplo, passamos de 140 escolas técnicas, em 2002, para mais de 400, em funcionamento este ano. Além disso, recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão já foram convencionados para a ampliação e fortalecimento das redes estaduais de educação profissional. Além destas, outras ações são realizadas em relação à educação profissional à distância, normatização dos cursos técnicos com o Catálogo Nacional, além do acordo com o Sistema S, por meio do qual são ofertadas vagas gratuitas de formação profissional.

**Gaudêncio Frigotto** – Pelo que vem se evidenciando nos desdobramentos do PNE em debate no Congresso, não haverá desfecho facilmente favorável. Há o mesmo processo que ocorreu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na década de 1990. As forças conservadoras vão estilhaçando uma a uma as proposições das organizações científicas e sindicais dos educadores, mediante destaques, supressões e alterações. O que está ficando cada vez mais claro é que o ideário mercantilista e produtivista, que Dermeval Saviani denominou *pedagogia de resultados*, que caracteriza o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sob o falso lema *todos pela educação*, está subordinando o PNE. Isso decorre, em grande parte, do fato de as forças políticas que assumiram o governo em 2003 terem optado pela conciliação daquilo que Florestan Fernandes denominou o erro de sua geração, que se expressa hoje no PDE (FERNANDES, 1980). Se não houver unidade forte dos movimentos sociais, sindicatos e organizações científicas, empenhados em transformar a realidade, corre-se o risco de, daqui a dez anos, continuarmos com os mesmos desafios. Essa cultura prote-latória é expressão do caráter antissocial e antinação da *minoria prepotente*, que constitui a classe dominante brasileira. Sem a confrontação clara nas ideias e na ação não haverá mudanças estruturais na sociedade e na educação.

*“Se não houver  
unidade forte  
dos movimentos  
sociais, sindicatos  
e organizações  
científicas, corre-  
se o risco de,  
daqui a dez anos,  
continuarmos  
com os mesmos  
desafios.”*

(Gaudêncio Frigotto)

## Notas

- 1 Doutor em Administração da Educação. Professor Titular Aposentado de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF); foi Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) de 1976 a 1984 e de 2006 a 2011.
- 2 Mestre em História. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC), desde 2005; foi Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), de 2004 a 2005.
- 3 Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da UERJ.
- 4 Para maior compreensão de nossa especificidade societária, ver Oliveira (2003a).
- 5 Dois pequenos textos de Francisco de Oliveira (2003b, 2010) explicitam a possibilidade do não retorno e o caminho desviante, que em vez de socializar a política acabou anulando-a.

## Referências

- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 jul. 2004.
- \_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 nov. 2009.
- \_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2010.
- FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese dos indicadores, 2009 (Comentários)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Fernando Haddad e Leda Paulani. **Revista Reportagem**, n. 41, fev. 2003b.
- \_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro! In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Sibebe. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-29.